



## Dando nome aos bois: inteligência artificial ou modelo de linguagem?

André Garcia Corrêa

### RESUMO

Este artigo é um ensaio que traz nossas meditações acerca do termo Inteligência Artificial (IA) usado corriqueiramente como nomenclatura de *softwares* cujo termo técnico é Modelo de Linguagem. O argumento central é que nomear tal objeto de forma adequada nos ajuda a ter uma consciência crítica do mesmo. Além do mais, no campo da produção científica a nomenclatura serve também como ferramenta de categorização e o rigor científico torna crucial uma reflexão sobre os termos utilizados para se referir a esta ferramenta. No início, o texto se concentra em descrever tecnicamente, ainda que de forma resumida, como tais tecnologias funcionam, evidenciando sua maneira de trabalho com o formato e não com o conteúdo e a partir de uma base de dados fornecida. Em seguida, calcados em Álvaro Vieira Pinto, na fenomenologia existencialista e em Freire, procuramos explicar que não vemos possibilidade em uma inteligência que seja artificial, mas somente extensões artificiais da inteligência humana. Também não acreditamos ser possível uma consciência artificial por não haver transcendência na IA e que sua essência é determinada, precedendo sua existência, ao contrário do que acontece com a consciência ou práxis. Nossa proposta é que, principalmente no âmbito da pesquisa acadêmica sobre este tema, atenhamo-nos ao uso do termo Modelo de Linguagem (ML) preterindo, desta forma, o uso do termo IA.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial; Modelo de Linguagem; Fenomenologia existencialista; Amanualidade; Consciência crítica.

## 1. Introdução

O objetivo deste ensaio é refletir sobre o nome adequado a ser dado ao artefato tecnológico costumeiramente chamado de Inteligência Artificial (IA). Compreendemos que a reflexão sobre a nomenclatura é importante em dois níveis dentro da relação de *amanualidade* (PINTO, 2020) com o objeto: o primeiro é o nível epistemológico ou acadêmico. O segundo seria o empírico, aquele do objeto experienciado pelo indivíduo no convívio com a ferramenta e no seu uso. No nível epistemológico, a importância da nomenclatura diz respeito ao rigor do método científico. Nomear um objeto ou fenômeno na ciência não é meramente a ação de identificá-lo, mas também de submetê-lo ou enquadrá-lo em uma categoria, torná-lo passível de análise. É ter o objeto ao alcance da mão na relação de *amanualidade*. No que chamamos de nível empírico ou do objeto experienciado, refere-se à forma como um indivíduo que se serve da IA para realizar tarefas tenha uma consciência crítica do que este objeto de fato é ou o discurso que possa existir por detrás desta nomenclatura. Na *amanualidade* é quando se tem o objeto à mão.

Esta reflexão aqui sintetizada aconteceu devido à interação com a IA em dois níveis profissionais diferentes, ainda que exercidos pelo mesmo indivíduo. No exercício da atividade docente com todos os desafios impostos pelo artefato alvo de nossa ponderação e suas implicações no processo ensino-aprendizagem, mas também no exercício da atividade científica, da investigação preocupada com as relações do processo ensino-aprendizagem com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Em outras palavras, ainda que sintetizada e embasada pelo modo de pensar científico, nossa reflexão aqui apresentada foi elaborada e vivenciada pelas duas formas mencionadas acima: a epistemológica, com o objeto ao alcance da mão e a empírica, com o objeto à mão.

Usaremos conceitos da fenomenologia existencialista para embasarmos nossa reflexão, principalmente sob a ótica de Pinto (2005; 2020) que também é fortemente embasado pelo Materialismo Histórico-dialético, mas é um autor que pretende superar as contradições deste modelo teórico e pensar estes conceitos dentro do contexto brasileiro de uma sociedade às margens do capitalismo e necessitando de desenvolvimento. Sua visão dos termos existencialistas de consciência e *amanualidade* serão cruciais para nosso raciocínio, mas mais importante é sua concepção do próprio termo tecnologia. A leitura de Freire (2005) sobre a práxis e a versão sartreana do mesmo conceito segundo (MONNIN, 2017) também nos darão suporte para nossa reflexão. Nosso intuito, ao final do texto, é deixar claro ao leitor que entendemos como incorreto o termo inteligência ser atribuído à tecnologia aqui debatida (ou talvez mesmo a qualquer tecnologia) e faremos o argumento pela assunção do termo Modelo de Linguagem (ML) como o sendo mais adequado.

Para as próximas seções do texto, trataremos do termo inteligência artificial em si para dissecá-lo. O argumento central é que, por ser artificial, esta tecnologia não pode ser uma inteligência. Ou ainda, uma inteligência que seja artificial é uma impossibilidade. Começaremos por abordar informações de como funcionam estas tecnologias. Depois, seguiremos aos nossos argumentos apoiados em Pinto (2005) e sua definição do artefato tecnológico como materialização da razão técnica. Depois, ainda calcados neste autor e na fenomenologia existencialista (SARTRE, 1943; MONNIN, 2017; CABESTAN e TOMES, 2001), falaremos sobre inteligência no sentido de consciência e da impossibilidade de transcendência no que costuma-se designar de IA.

## **2. Papagaios estocásticos**

O primeiro argumento a se fazer pelo não uso do termo IA para nomear este artefato tem embasamento em sua própria maneira de funcionar. Bender et al. (2021) usam o termo em inglês *Large Language Models* (LLM) ou Grandes Modelos de Linguagem em português. Descrevem seu funcionamento como sendo sistemas que trabalham de forma não supervisionada na previsão de sequências de caracteres. Dado um *input* (ou *prompt* na linguagem corrente) e seu contexto, o LLM, a partir de um banco de dados também previamente fornecido, tenta prever por meio de um algoritmo a próxima sequência de caracteres ou palavras, fornecida em um *output*. As palavras do *output* e seu encadeamento são o resultado de cálculos estatísticos.

Os autores salientam que tais tecnologias, portanto, trabalham com a forma e não com o conteúdo dos seus *outputs*, pois fornecem “respostas” extraídas de um banco de dados a partir de tendências estatísticas. Por isso os autores usam o termo papagaio estocástico (*Stochastic parrot* em inglês) para descrever os LLM que se servem de termos e palavras a partir de um “estoque” sem compreenderem o que consta na cadeia de caracteres resultante de seus cálculos para, depois fornecer um *output*. As implicações deste fato são inúmeras, já que o controle sobre esse banco de dados determinará o formato e limitações das respostas. Também existe a preocupação da não compreensão dos usuários a respeito de como essas tecnologias operam, projetando nelas uma “entidade” que lhes responde, sem entenderem que um algoritmo simula uma conversa a partir do sistema descrito acima e são os próprios usuários que interpretam um diálogo a partir desta interação.

## **3. Extensão artificial da inteligência humana**

Em primeiro lugar Pinto (2005), apoiado prioritariamente nas ideias do materialismo histórico-dialético, define o ser humano como um agente de transformação no mundo por meio do trabalho. Ser humano é transformar o mundo e, ao fazê-lo, ser transformado por ele. Enquanto os animais se adaptam ao ambiente, o humano produz sua existência adaptando o ambiente para si. Há o ser substantivo, o ente humano, mas ser humano é também um verbo, uma ação, e esta ação do humano sobre o mundo é o trabalho. É justamente o ato volitivo do humano de transformar o mundo. Por ser um ato essencialmente humano, quanto mais ele o exerce, mais se humaniza (se a atividade do trabalho não for executada de forma alienante). Mas também o trabalho é humanizante por ser um processo dialético. O ser humano se transforma ao transformar o mundo. O humano é totalização e se faz ao transformar o mundo.

Se o humano transforma o mundo pelo trabalho, ele só pode trabalhar empregando um artefato tecnológico e/ou uma técnica. Grosso modo, quando o humano enfrenta uma contradição material, um problema que necessita resolver para (re)produzir sua existência, Pinto (2005) diz que ele emprega a razão técnica e o que chama de faculdade de projetar. Um problema material o força a abstrair sua realidade concreta, aprender sobre ela e o problema, e, com este de posse desse conhecimento além de transformado por ele, idealizar uma solução. Se servindo da matéria prima, o humano, então, objetiva a natureza e materializa o objeto idealizado, criando um artefato tecnológico. Artefato este que é agora um novo objeto da realidade concreta e com o qual o trabalho será exercido. O objeto engendrado transformou a natureza e será usado ainda na sua transformação, novas contradições surgirão que forçarão o recomeço do processo, mas agora de um outro ponto. O conhecimento gerado no seu uso transforma o humano porque muda sua forma de trabalhar e de ver o mundo. Quanto à técnica, Pinto (2020) entende que ela é mais que um saber-fazer. Nela está o germen de sua própria superação. Ou seja, a técnica também é dialética e se transforma ao ser empregada e é necessariamente inovadora pois produz novos conhecimentos ao ser usada na transformação do mundo.

O raciocínio de Pinto considera também a relação humano-objeto, adaptando o conceito da *amanualidade* da filosofia fenomenológica (PINTO, 2020; GONZATTO e MERKEL, 2016). Não é meramente estar consciente dos objetos da realidade concreta e manuseá-los. É tornar-se um com eles na ação do trabalho: ter o objeto à mão. Ou examiná-lo para compreendê-lo e conhecê-lo: tê-lo ao alcance da mão. Com o objeto à mão, o humano usa o artefato tecnológico ao trabalhar, mas a ação de trabalhar “funde” ambos em um só sujeito que a exerce. Isso implica dizer que, não importa a complexidade da tecnologia empregada no trabalho, só o humano pode exercer tal atividade sendo a máquina ou ferramenta extensões do sujeito durante o trabalho.

Chegamos então ao ponto da filosofia de Pinto que nos ajuda a compreender o artefato tecnológico em sua essência, deixando explícita a impossibilidade de uma inteligência artificial. Se só o humano trabalha e sua faculdade de projetar materializa os objetos tecnológicos idealizados pela razão técnica, o ser humano é, necessariamente, o primeiro-motor da máquina, seu criador (PINTO, 2005). Tudo que qualquer tecnologia possa fazer é projetado pelo humano para responder às suas determinações. Toda a existência da máquina é regida por leis humanas. Um *software*, pois mais complexo que seja, tem suas regras descritas num código. Código este que determina sua existência, capacidade e função. Para o *software* só existe o código e fora dele, não há nada. Ela não existe por conta própria e nem de forma gratuita ou contingencial.

Mesmo que criemos uma máquina que realize operações absurdamente complexas, ela só pode amplificar a capacidade do trabalho e das faculdades humanas. Se manuseio o martelo, pois não conseguiria efetuar a ação de pregar um prego com as mãos nuas, ainda sou eu que exerço o trabalho. Seria absurdo afirmar que foi o martelo quem pregou o prego à parede. Essa é a essência do objeto tecnológico, independente do seu grau de complexidade. O que sua complexidade faz é aumentar o grau de eficiência e eficácia do trabalho humano. Pinto (2005) chama o aumento da complexidade da ferramenta de trabalho acumulado. Algo esperado, já que embutida na técnica está a inovação.

Portanto, assim como é o humano que exerce o ato de pregar e não o martelo, uma inteligência artificial seria impossível no formato de como esse termo é usado, pois implicaria em dizer que uma tecnologia exerce um trabalho sem o humano ou que é capaz de fazer coisas qualitativamente fora das leis humanas, não importando o seu grau de complexidade.

Ainda que o grau de complexidade que esta tecnologia seja muitas vezes maior que um martelo ou qualquer outra ferramenta manual, a relação de amaterialidade está presente pois é necessária na relação humano-artefato. É uma tecnologia desenvolvida por humanos para realizar trabalho humano em uma escala mais eficiente, assim como o martelo possibilita ao humano realizar uma tarefa que lhe seria impossível de mãos vazias. Sendo o humano o primeiro-motor da tecnologia, considerando que qualquer artefato tecnológico é a materialização da razão técnica, e que qualquer artefato tecnológico somente torna o trabalho humano mais eficiente e eficaz, a inteligência artificial é uma impossibilidade e poder-se-ia existir somente uma *extensão artificial da inteligência humana*.

#### **4. Seria possível uma transcendência artificial?**

Em primeiro lugar, nosso raciocínio parte do princípio de que inteligência e consciência são, grosso modo, sinônimos ou ao menos são considerados sinônimos quando se usa o termo inteligência artificial. Consideramos aqui consciência nos moldes da fenomenologia existencialista (SARTRE, 1943; MONNIN, 2017; CABESTAN e TOMES, 2001). O que implica dizer que ela é transcendente por ser sempre consciência de algo ainda que possa também ser reflexiva (consciência de si). Isto é, pode ser consciência de algo externo ou voltar-se a si mesma. É transcendência porque se projeta para o concreto, mas sem estar fora dele ou separada dele. Em outras palavras, o ser-para-si descrito por Sartre que mais tarde foi chamado pelo filósofo de Práxis.

Ao contrário do ser-em-si (que é a positividade plena da realidade concreta), está sempre em processo de totalização por ser também temporalidade. Ou seja, organiza sua experiência em função de um antes e um depois. Por ser temporal, projeta-se também ao futuro. Por ser volitiva, faz-se projeto. Por isso Sartre (1943) a denominava um nada, além de dizer que o ser-para-si é o que não ele é e não é o que ele é. Finalmente, sua existência precede sua essência (SARTRE, 1945). Ou seja, sua existência é contingencial e não há uma razão de ser, não sendo, portanto, determinada ainda que haja condicionantes para a possibilidade de movimento do ser-para-si, o que Sartre chamava de alienação.

Mais tarde, Sartre usa o termo práxis para se referir ao ser-para-si, quando também argumenta que a práxis se transforma ao transformar o mundo por estar em relação dialética com o concreto (MONNIN, 2017). Freire (2005) também se refere à práxis nesses termos dialéticos, além de acrescentar que ela é ação e reflexão. Isso significa que a consciência, quando não submetida à má-fé sartreana ou ao que Freire (2005) chama de subjetivismo e racionalização, é mais que somente totalização, mas superação de si mesma.

Daí, chegamos à problematização da IA e a possibilidade de que ela possa ser consciência. Em primeiro lugar, por ser a materialização da razão técnica, como argumentamos há pouco e, desta forma, por ter o humano como seu primeiro-motor, fica claro que ela não é contingencial, no sentido de que sua essência precede sua existência. Ela literalmente é concebida pelo humano para realizar uma tarefa ou tarefas específicas, potencializar suas faculdades e ser artefato de transformação do mundo, assim como o é qualquer outra tecnologia, digital ou analógica, complexa ou simples.

Seu propósito, qual seja a superação de uma contradição material ou a simples acumulação de capital, também precede sua existência. Existência esta que é marcada por determinantes, em vez de estar restrita aos condicionantes da práxis ou do ser-para-si. Ela é programada, suas atividades seguem um código prescrito e ela opera dentro de regras e lógicas determinadas pelo humano,

sendo impossível que faça qualquer coisa fora desses determinantes. Ela é mais um dos objetos à mão.

## 5. Nomeando o objeto

Tendo este objeto chamado de IA ao alcance da mão, para nos valermos da amannualidade no formato que Pinto (2020) a utiliza, o colocamos sob nosso escrutínio e podemos chegar a aquilo que foi proposto no início deste ensaio, qual seja, encontrar um nome adequado a este artefato. Talvez não para usá-lo corriqueiramente, já que a linguagem tem sua forma orgânica de desenvolver, mas para fins de análise e rigor científicos. Como elaboramos previamente, compreendemos que a nomenclatura, neste sentido, também tem força da categorização deste objeto.

Pinto (2005) também nos alerta de um discurso ideológico que cerca a tecnologia e que é característico do nosso próprio momento histórico. Ele pode basicamente tomar duas formas: o discurso messiânico e o apocalítico. Nenhum deles faz um julgamento crítico, pois ambos tratam a tecnologia como um fenômeno separado do humano. Algo que “está aí” e que descarta completamente o caráter essencial de qualquer técnica ou artefato tecnológico que é o ser humano como sendo seu primeiro-motor. Tudo isso significa que para além do uso científico, a ponderação sobre como nomear e categorizar esta tecnologia, e no fim compreendê-la, também serve àqueles que queiram fazer dela um uso crítico. Isto posto, vamos então às nossas considerações sobre como ela deva ser chamada a partir das reflexões desenvolvidas ao longo deste texto.

Sob a perspectiva de como a tecnologia opera, a pesquisa de Bender et al. (2021) a nomeia papagaio estocástico. O que comumente se chama IA não tem consciência das respostas geradas, calculando seus formatos a partir de uma base de dados previamente fornecida e a partir de um *prompt*. O estudo também utiliza seu nome técnico em inglês *Large Language Model* para desmistificar seu significado. Uma nomenclatura que soa quase como um juízo analítico por comprimir a essência da funcionalidade do artefato.

Trouxemos ao longo do texto, embasados por Pinto (2020), que não vemos como possa ser possível uma inteligência artificial. Se na *amanualidade* o objeto à mão se confunde com o humano durante a ação volitiva do seu manuseio, se sua existência é a materialização do que foi concebido pela razão técnica, a única possibilidade que enxergamos é a extensão artificial da inteligência humana. Assim como o martelo torna o uso da força física mais eficaz e eficiente sem exercer ele próprio o ato de martelar, a IA respeitaria incontornavelmente esta lógica a qual se submetem os artefatos à mão tornando atividades humanas mais eficazes e eficientes, mas sempre humanas na essência. Inteligência Artificial seria, portanto, um oxímoro.

Argumentamos também que não conseguimos enxergar nela a possibilidade de ser transcendência ou consciência. Suas funcionalidades, capacidades e limites estão todas determinadas em um código, em regras estabelecidas pelo humano cujo jugo ela não tem como escapar. Ela também é criada com uma razão de ser, atende a objetivos de seus criadores. Sua essência precede a sua existência. E somos nós que, na realidade, projetamos nela uma consciência na simulação ou emulação que ela faz de um diálogo, mas, novamente, determinando o formato e não o conteúdo disto que julgamos ser uma troca.

Por fim, enumeradas estas questões, sugerimos que seja utilizado o termo Modelo de Linguagem (ML) quando se tratar do objeto IA sob o escrutínio científico. Entendemos que ele não tem o apelo mercadológico do termo corrente, mas também não está coberto por seu véu ideológico. O categoriza a partir de suas funções e não a partir de um *sales pitch*, um argumento que tente nos convencer de sua importância. Desmistifica suas potencialidades como algo alheio à razão técnica e deixa evidente seus limites.

Esta nomenclatura permitirá que o sujeito, para usar um outro termo caro a Pinto (2020), tenha uma consciência crítica e não ingênua deste objeto quando ao alcance da mão. A partir daí pode-se usá-lo de forma a explorar seus potenciais e enxergar seus limites. O sujeito poderá decidir quando lhe é vantajoso usá-lo e quando deve abster-se de suas ferramentas ou mesmo quando ele se torna nocivo. Permite-lhe vê-lo como materialização da razão técnica que é e que, portanto, está sujeito aos mesmos determinantes que qualquer outra tecnologia criada e usada pelo humano. Como argumentamos no início deste texto, essa consciência é útil no âmbito do seu uso empírico ou epistemológico. Serve quando para termos uma consciência crítica do objeto quando este está à mão ou ao alcance da mão.

## Referências

- BENDER, Emily M. et al. On the Dangers of Stochastic Parrots: Can Language Models Be Too Big? In: ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency, 2021, Canadá. **Anais [...]**. Nova York: ACM, 2021. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/3442188.3445922>. Acesso em: 03/11/2025.
- CABESTAN, Philippe; TOMES, Arnaud. **Le vocabulaire de Sartre**. Paris (França): Ellipses Édition Marketing SA, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZATTO, Rodrigo Freese; MERKLE, Luiz Ernesto. Amanualidade em Álvaro Vieira Pinto: desenvolvimento situade de técnicas, conhecimentos e pessoas. **Educação Unisinos**, 20 (3), p. 289-298, setembro/dezembro, 2016.

MONNIN, Nathalie. **Sartre**. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **L'être et le néant**: Essai d'ontologie phénoménologique. Paris (França): Gallimard, 1943.

SARTRE, Jean-Paul. **L'existentialisme est un humanisme**. Paris (França): Gallimard, 1996.

*Autor :*

*André Garcia Corrêa*

*Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

*Pós-doutor em Sociologia pela Université du Québec à Montréal (UQAM)*

*Prof. EBTB IFSP – Campus São Carlos*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5044-1961>*

*Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6166163239013801>*